



Educational practices and knowledge constituted in the political training processes of black activists: a literature review

Práticas educativas e saberes constituídos nos processos de formação política de ativistas negras: uma revisão de literatura

Prácticas y conocimientos educativos constituidos en los procesos de formación política de activistas negros: una revisión de la literatura

Andréia Teixeira dos Santos¹, Marizete Lucini¹

¹ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Andréia Teixeira dos Santos

E-mail: deia.teixeira.s@gmail.com

Como citar: Santos, A. T., & Lucini, M. (2021). Educational practices and knowledge constituted in the political training processes of black activists: a literature review. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12356. <https://doi.org/10.20952/jrks2112356>

ABSTRACT

This text undertakes a bibliographic survey of academic discussions involving the trajectories of black women activists. Historically, black women have challenged institutional powers, facing racism and sexism, while oppressions crystallized in society. One of the strategies to face oppression is the movement of black women, in the form of organizations that fight within an intersectional perspective. We understand that Black Feminism plays a leading role in the action of educating, highlighting its pedagogical role in the dissemination of knowledge, in addition to its political role throughout Brazilian history. Black feminism highlights the specificity of the feminine that aggregates struggles and processes experienced by black women. We hope, with this text, to present reflections that problematize black women's movements, showing the complexity of concepts related to educational practices and knowledge constituted in political formation processes of black women activists, based on research registered in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations of CAPES.

Keywords: Activism. Black feminism. Black women movement. Education.

RESUMO

Este texto empreende um levantamento bibliográfico de discussões acadêmicas envolvendo trajetórias de mulheres negras ativistas. Historicamente, mulheres negras desafiam os poderes instituídos, enfrentando racismo e sexismo, enquanto opressões cristalizadas na sociedade. Uma das estratégias de enfrentamento às opressões são os movimentos de mulheres negras, na forma de Organizações que militam dentro de uma perspectiva interseccional. Entendemos que

o Feminismo Negro exerce protagonismo na ação de educar, evidenciando seu papel pedagógico na difusão de conhecimentos, além do seu papel político ao longo da história brasileira. O Feminismo negro destaca a especificidade do feminino que agrega lutas e processos vivenciados pelas mulheres negras. Esperamos, com esse texto, apresentar reflexões que problematizem os movimentos negros femininos, evidenciando a complexidade de conceitos relacionados práticas educativas e saberes constituídos em processos de formação política de mulheres negras ativistas, a partir de pesquisas registradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações da CAPES.

Palavras-chave: Ativismo. Educação. Feminismo negro. Movimento de mulheres negras.

RESUMEN

Este texto realiza un estudio bibliográfico de discusiones académicas que involucran las trayectorias de mujeres activistas negras. Históricamente, las mujeres negras han desafiado los poderes institucionales, enfrentándose al racismo y al sexismo, mientras las opresiones cristalizaban en la sociedad. Una de las estrategias para enfrentar la opresión es el movimiento de mujeres negras, en forma de organizaciones que trabajan desde una perspectiva interseccional. Entendemos que el Feminismo Negro juega un papel protagónico en la acción de educar, destacando su rol pedagógico en la difusión del conocimiento, además de su rol político a lo largo de la historia brasileña. El feminismo negro destaca la especificidad de lo femenino que agrega luchas y procesos vividos por las mujeres negras. Esperamos, con este texto, presentar reflexiones que problematizan los movimientos de mujeres negras, mostrando la complejidad de conceptos relacionados con las prácticas educativas y el conocimiento constituido en los procesos de formación política de las mujeres activistas negras, a partir de investigaciones registradas en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones de CAPES.

Palabras clave: Activismo. Educación. Feminismo negro. Movimiento de mujeres negras.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Nos últimos anos, temos refletido acerca da questão da colonialidade como estrutura múltipla de dominação que têm na raça um eixo fundamental. Inspiradas por pesquisadores/as como Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Walter Dignolo, Sueli Carneiro, Lélia González, Nilma Lino Gomes, Boaventura de Sousa Santos e Nelson Maldonado-Torres, temos vivenciado um repensar de práticas pedagógicas e de pesquisa, tendo como ponto de partida a contestação de uma amplamente difundida universalidade das bases epistemológicas tendo como centro a Europa. Também como fruto deste processo de deseducação, temos nos encaminhado para uma busca por outras bases epistemológicas, tendo como centro os saberes produzidos pelos povos racializados. Nesse contexto, os encontros com Outros sujeitos e Outras Pedagogias (Arroyo, 2014) têm sido constantes, e sobre um destes encontros trataremos neste texto: os movimentos de mulheres negras.

Nossa análise parte do pressuposto apresentado por Gomes (2017), que considera os movimentos sociais, dentre os quais se encontram o movimento de mulheres negras, como produtores de um tipo específico de saber, que é o conhecimento nascido na luta. Segundo a autora, ao se consolidar, este conhecimento transforma a percepção e representação sociais relacionados aos temas e problemas que motivam as lutas, contribuindo de forma substancial para a legitimação e fortalecimento das mesmas. Este conhecimento produzido dentro das lutas ajuda na construção de argumentos que sustentam as reivindicações e podem se contrapor ou dialogar com o conhecimento convencional sobre os movimentos sociais. Nas palavras da autora:

Uma coisa é certa: se não fosse à luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial não teria sido aprendido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas (Gomes, 2017, p. 12).

A partir da formulação teórica de Gomes (2017) sobre o movimento negro enquanto produtor de saberes e de pedagogias que tensionam as estruturas epistêmicas tidas como hegemônicas, direcionamos o nosso olhar para os movimentos de mulheres negras em específico. O estudo destes movimentos nos apresenta elementos que levam à compreensão de que a resistência foi uma constante entre negros e negras ao longo da História do Brasil, e que essa resistência se estruturou de diferentes formas, dentro ou fora de entidades organizadas. Carneiro (2020, p. 102) aponta que homens e mulheres negras historicamente se organizaram através de diversas entidades, lutando cotidianamente contra o racismo, ao passo que montaram estratégias de emancipação social e resgate da dignidade do povo preto. Os quilombos, as irmandades religiosas, os terreiros de religiões de matriz africana, os espaços culturais como associações, escolas de samba e grupos de teatro, a imprensa negra, os batuques, dentre outros espaços de sociabilidade da população africana e afrodescendente podem ser compreendidos como espaços de formação política, fortalecimento identitário e articulação antirracista.

Na história mais recente, mais especificamente a partir da década de 1970, os movimentos sociais, de uma maneira geral, e o movimento negro, em específico, passaram a mobilizar diversos setores da sociedade através de suas pautas reivindicatórias em torno da extinção da desigualdade racial e seus efeitos no que se refere à marginalização socioeconômica e cultural do povo negro. González (2020, p. 101) afirma que a expansão dos movimentos sociais na segunda metade da década de 1970 mobilizou diversos setores da população brasileira em torno da reivindicação de seus direitos e, no caso da população negra, essa mobilização ocorreu no movimento negro e também nas associações de moradores de favelas e periferias. A autora informa que o movimento negro teve papel determinante na luta antirracista mobilizando diferentes atores (negros e não-negros) e diferentes áreas para discutir sobre o racismo e sua presença cotidiana na sociedade brasileira. Um grande ponto de crítica do movimento negro até o tempo presente tem sido o mito da democracia racial, teoria cunhada ainda nas primeiras décadas do período republicano. Esta ideia pressupõe a existência de uma igualdade entre brancos e negros no país, garantida a partir da abolição da escravatura e da promulgação da primeira Constituição Republicana, negando com isso a existência de conflitos e desigualdades pautadas na questão racial. A crença em uma democracia racial no pós-abolição acabou historicamente evitando a criação de políticas compensatórias para os escravizados e seus descendentes, contribuindo para a ampliação e agravamento das desigualdades entre esses grupos, o que se reflete em índices socioeconômicos e educacionais do país, por exemplo.

No que se refere às mulheres negras, estas historicamente desafiam os poderes instaurados, fazendo frente a opressões estruturais como racismo, sexismo e o classismo. Estas opressões se transformam ao longo do tempo, bem como a resistência destas mulheres. Nilma Lino Gomes, ao prefaciar o livro de Silva (2018), afirma que o feminismo negro reeduca o feminismo clássico a fim de que este compreenda e reconheça a luta e as diferentes formas de ser mulher, assim como o peso que as opressões de classe, raça, gênero e sexualidade exercem sobre as mulheres. Para Miranda (2018), as mulheres negras adotam caminhos para resistir diante de opressões que as desumanizam, e em sua trajetória, os coletivos e associações são recursos utilizados para que estas possam resistir de forma coletiva. Para a autora, os movimentos de mulheres trazem em seu bojo uma perspectiva emancipatória, de autoproteção e cuidado mútuo. As mulheres negras se articulam a partir de suas vivências/experiências ancestrais e buscam, com isso, subverter a lógica de exclusão a qual são historicamente submetidas.

O feminismo negro, é, portanto, um movimento político e intelectual construído por mulheres negras com vistas a combater as desigualdades raciais e de gênero e promover transformações sociais abrangentes. É um movimento que se caracteriza pela pluralidade e heterogeneidade, uma vez que abriga mulheres negras que participam de diferentes frentes de luta. De acordo com Carneiro (2020, p. 167), as mulheres negras passaram a se organizar politicamente em torno de sua condição de ser mulher e negra, do combate aos estereótipos que atingem sua existência e da busca por equidade social. Elas questionavam as desigualdades existentes entre mulheres brancas e não brancas e as restrições de raça, classe e gênero que as colocam como cidadãs de terceira categoria.

O feminismo negro já existia antes mesmo de ter esta denominação, uma vez que as mulheres negras sempre se articularam e produziram conhecimentos, estratégias e pedagogias de resistência ao longo do tempo. No que se refere à complexidade das experiências vivenciadas pelas mulheres negras e sua relação com o Feminismo hegemônico, Carneiro (2020, p. 49) aponta que “o discurso feminista sobre a opressão da mulher oriunda das relações de gênero que estabelece a ideologia patriarcal não dá conta da diferença qualitativa que esse tipo de opressão teve e ainda tem na construção da identidade feminina da mulher negra”. Para a autora, o Movimento Feminista hegemônico, ao desconsiderar a divisão racial do trabalho, cunhada ainda no período colonial com a escravização de negros e negras, não contempla as diferenças de oportunidades que existem entre mulheres brancas e negras, e, conseqüentemente mantém privilégios raciais. González (2020) reconhece a importância do feminismo, no que se refere à discussão sobre as bases materiais e simbólicas do capitalismo patriarcal e a emergência de debates em torno de questões como os direitos reprodutivos, sexualidade e violência. No entanto, a autora aponta a falha deste ao não contemplar a discriminação racial, permanecendo as mulheres negras como sujeitos infantilizados, inferiores dentro de uma cadeia hierárquica, e que não têm o direito de ser sujeitos de sua própria história. Para as mulheres negras, a questão racial não pode ser desconsiderada ao analisar suas experiências, uma vez que elas historicamente apresentam especificidades com relação às experiências das mulheres brancas.

Em Carta-denúncia divulgada em 1984, o Coletivo de Mulheres Negras Nzinga expõe de forma contundente a situação da mulher negra brasileira:

(...) numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra.

A dimensão racial nos impõe uma inferiorização ainda maior, já que sofremos, como as outras mulheres, os efeitos da desigualdade sexual. Na verdade, ocupamos o polo oposto da dominação, representado pela figura do homem branco e burguês. Por isso mesmo constituímos o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira (González, 2020, p. 109).

O movimento contemporâneo de mulheres negras no Brasil surgiu, de forma autônoma, dentro das discussões feministas e negras entre as décadas de 1970 e 1980. Para González (2020), no Brasil, os primeiros grupos organizados de mulheres negras surgiram dentro do movimento negro, tendo estas um papel relevante para o seu fortalecimento. Neste movimento, as mulheres encontraram um espaço para a tomada de consciência sobre o racismo e sua relação com a opressão de classe. No entanto, dentro do movimento negro, as mulheres negras não encontravam espaço para demandas específicas de gênero, tendo este reproduzido práticas sexistas enquanto no movimento feminista, as questões raciais eram negligenciadas. Com vistas a estes dilemas, o Feminismo Negro surge como uma perspectiva que poderia condensar as discussões sobre as opressões sofridas por estas mulheres dentro dos dois segmentos.

Sendo assim, González (2020, p. 103) nos informa que “(...) o feminismo negro possui sua diferença específica em face do ocidental: a solidariedade, fundada numa experiência

histórica comum”. De acordo com González, o Feminismo Negro se organiza a partir do movimento negro, e não do de mulheres, dada a dificuldade de aprofundar as discussões raciais dentro do feminismo hegemônico. González menciona, ao tratar sobre o I Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), ocorrido em 1979, que naquele momento foi fixada a possibilidade de uma dupla militância, expressa pelo combate mais amplo e externo pela questão racial e internamente o combate ao machismo. Para Miranda (2018), a tensão de gênero dentro do movimento negro foi intensificada na década de 1980, e as especificidades de gênero e raça acabaram ganhando corpo em âmbito nacional, impulsionando a criação de organizações de mulheres negras. Em 1988, ano simbólico do centenário da abolição da escravidão, ocorreu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que representou um marco para o movimento de mulheres negras, uma vez que se buscou, de forma ampla, pensar o feminismo por um viés de articulação entre as opressões de raça, gênero e classe. Neste evento as mulheres negras foram confirmadas como sujeito político central no processo emancipatório, que tem como objetivo alcançar uma sociedade justa, igualitária e livre da discriminação racial e do racismo. Miranda (2018, p. 73) sinaliza que, no bojo dos movimentos de mulheres negras, ocorre um processo de autoformação pautado na “construção de uma identidade negra politicamente empoderada” e, com isso, é constituído um corpus epistêmico mediante a reescrita e reinterpretação da história nacional, como a historiadora e intelectual negra Beatriz Nascimento propôs em seus estudos.

Além das entidades específicas do Movimento Negro, González (2020) aponta a significativa participação das mulheres negras em associações de moradores de periferias, reivindicando direitos básicos como habitação, saúde, educação, transporte e saneamento básico. Esta realidade se mantém na contemporaneidade, e é abordada por diversos trabalhos acadêmicos que abordam trajetórias de mulheres negras ativistas.

Para Carneiro (2020, p. 171), enegrecer o movimento feminista brasileiro representa, além do desapego aos referenciais epistemológicos eurocêntricos, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas; na caracterização da questão da violência contra a mulher como atravessada pela questão racial; na discussão da saúde da população negra através de análises que considerem doenças étnicas/raciais na formulação de políticas públicas de saúde; na crítica aos critérios de seleção no mercado de trabalho dentre outros aspectos ligados à direitos fundamentais, que tem sido historicamente cerceados em uma sociedade que se ainda se organiza a partir da colonialidade e seus elementos estruturantes.

Gomes (2008, p. 100) afirma que o Movimento Negro apresenta historicamente um projeto educativo que foi construído à luz de uma realidade de luta e que, constantemente se choca com a racionalidade hegemônica que é vigente tanto na teoria social quanto na pedagógica. Estes saberes produzidos questionam a pedagogia e a teoria educacional hegemônicas sobre a forma como estes se relacionam com os saberes constituídos pelos movimentos sociais, reivindicando espaço e legitimidade enquanto epistemologia válida.

Boaventura de Sousa Santos, ao prefaciá-lo livro de Gomes (2017), afirma que uma das mais valiosas contribuições dos movimentos sociais e suas lutas é a transformação do conhecimento convencional produzido a respeito deles. Para o autor, os movimentos sociais possuem um valor epistemológico intrínseco, pois produzem o conhecimento que nasce na luta. Este conhecimento serve para a legitimação e fortalecimento das lutas na medida em que auxilia na produção de argumentos que auxiliam no diálogo e na contraposição do conhecimento convencional. O autor afirma ainda que o conhecimento nascido na luta faz parte do que ele classifica como Epistemologias do Sul.

Gomes (2017), afirma que a produção engajada da intelectualidade presente no Movimento Negro se coloca contra os processos de colonização, indagando a prevalência de uma interpretação eurocentrada sobre o mundo e sobre o ser ou não ser ciência (colonização do ser e do saber). Sendo assim, considera os movimentos sociais, dentre os quais o Movimento

Negro e o Movimento de Mulheres Negras, como produtores e articuladores de saberes, atuando pedagogicamente nas relações políticas e sociais e assumindo, no caso brasileiro, o protagonismo na luta para que, nas últimas décadas, as políticas públicas e as ações afirmativas se transformassem em objeto de discussão em nossa sociedade no âmbito social, acadêmico, político e jurídico.

Considerando o histórico do Movimento Negro e suas ações voltadas para a educação, Gomes (2011) afirma que os saberes produzidos dentro dos movimentos sociais constituem uma epistemologia própria e legítima, mas, que nem sempre esse histórico de luta e os saberes produzidos dentro dela são considerados, tendo em vista que há uma racionalidade hegemônica atua de forma a excluir ou invisibilizar outras formas de pensar e ver o mundo. No caso dos movimentos de mulheres negras, tratam-se de grupos que combatem, do ponto de vista epistemológico, as universalizações as quais o povo negro foi submetido a partir do processo de colonização, e que ainda estão presentes nas análises socioeconômicas do país. As mulheres negras atuam no sentido de desconstruir os discursos coloniais produzidos pelo feminismo hegemônico se preocupando em produzir conhecimentos que considerem as intersecções de raça, classe, gênero, sexo, regionais, geracionais, dentre outras de formas de opressão estruturais.

O QUE TEM SIDO PESQUISADO SOBRE O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS?

No processo de construção de um trabalho acadêmico, importa muito mapear o que já foi produzido sobre o tema que desejamos pesquisar, o que nos possibilita encontrar diferentes narrativas e questionamentos ao tema, construir outras abordagens e problemáticas em relação ao que pretendemos pesquisar, evitando sobreposições de investigações já realizadas. Este processo de revisão envolve a definição de termos de busca, que entendemos como conceitos centrais da investigação pretendida. Nas buscas que realizamos, a partir dos termos pré-definidos, outros podem emergir, a depender das pesquisas que localizarmos, o que nos possibilita conhecer também os caminhos metodológicos utilizados, as perspectivas teóricas que sustentam as pesquisas, constituindo-se em um importante instrumento na delimitação do campo de investigação, bem como podem apresentar contribuições teóricas nas reflexões e análises pretendidas. Neste sentido, esse texto busca empreender uma breve análise sobre as produções acadêmicas voltadas para a análise de trajetórias de mulheres negras ativistas, observando conceitos e perspectivas teórico-metodológicas presentes nestes trabalhos.

Para a coleta de dados, realizamos um levantamento na base de dados de teses e dissertações publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD Nacional durante o período de 2010 a 2020. Para as dissertações, consideramos os trabalhos realizados em programas de mestrado acadêmico e profissional. Esse mapeamento responde a alguns questionamentos, como: 1) Quantas produções acadêmicas brasileiras (Teses e dissertações) voltadas para trajetórias de mulheres negras ativistas foram desenvolvidas? 2) O que dizem as teses e dissertações sobre as trajetórias de mulheres negras ativistas? Para o levantamento, priorizamos, para esse trabalho, a busca por Teses e Dissertações que se referiam aos termos: “Mulheres Negras ativistas”, “Mulheres Negras em Movimento”, “Feminismo Negro”, “Ativistas Negras”, “Negras ativistas” e “Mulheres Negras”. Os filtros utilizados na pesquisa foram Ciências Humanas (Grande Área) e Educação (Área do conhecimento). Com o intuito de refinar os resultados, utilizamos os termos entre aspas e o filtro Grande Área: Ciências Humanas.

Para o termo “Mulheres Negras Ativistas/ Negras Ativistas” foi obtido o quantitativo de uma (1) dissertação e (1) uma tese. Para o termo “Mulheres Negras em Movimento” foram obtidas apenas uma (1) dissertação e uma (1) tese. Quanto ao termo “Feminismo Negro” foram encontradas quarenta e nove (49) dissertações e onze (11) teses. Para o termo “Ativistas Negras” foram encontradas três (3) dissertações e uma (1) tese e para o termo “Mulheres

Negras” foram encontradas cento e setenta e quatro (174) dissertações e sessenta e quatro (64) teses.

Tabela 1. Dissertações e Teses por palavras-chave pesquisadas a partir do Filtro Ciências Humanas.

Termo pesquisado	Dissertações	Teses
Mulheres Negras Ativistas/ Negras Ativistas	1	1
Mulheres Negras em Movimento	1	1
Feminismo Negro	49	11
Ativistas Negras	4	2
Mulheres Negras	174	64
Total	229	79

Com relação aos filtros Grande Área: Ciências Humanas e Área: Educação, com o intervalo entre 2010 e 2020, obtivemos os seguintes dados, considerando os termos pesquisados entre aspas. Para os termos “Mulheres Negras Ativistas”, “Negras Ativistas” e “Mulheres Negras em Movimento” não encontramos nenhuma dissertação ou tese. Para o termo “Feminismo Negro”, encontramos duzentas e quarenta e oito (248) dissertações e oitenta (80) teses. Para o termo “Ativistas Negras” encontramos duzentas e vinte e sete (227) dissertações e noventa e três (93) teses, e para o termo “Mulheres Negras” encontramos sessenta e quatro (64) dissertações e vinte e cinco (25) teses.

Tabela 2. Dissertações e Teses por palavras-chave pesquisadas a partir dos Filtros: Grande Área Ciências Humanas e Área Educação.

Termo pesquisado	Dissertações	Teses
Mulheres Negras Ativistas/ Negras Ativistas	-	-
Mulheres Negras em Movimento	-	-
Feminismo Negro	248	80
Ativistas Negras	227	93
Mulheres Negras	64	25
Total	475	198

Para análise dos dados, foram pensados quatro momentos: 1) Seleção dos trabalhos a partir dos termos (palavras-chaves). 2) Exclusão dos trabalhos repetidos diante dos termos selecionados. 3) Identificação de trabalhos que se aproximam do nosso objeto de estudo, a partir da leitura dos resumos. 4) Análise de algumas teses e dissertações do ponto de vista dos conceitos e referenciais teórico-metodológicos de acordo com a nossa temática de estudo. A seguir, expomos um demonstrativo de trabalhos encontrados que versam sobre as experiências de mulheres negras em espaços de militância e os saberes produzidos nesses espaços.

Tabela 3. Demonstrativo de dissertações e teses que tratam do ativismo de mulheres negras.

Título do trabalho	Autor	Programa e Instituição	Tipo	Ano
Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras	Cláudia Cardoso Pons	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo (PPGNEIM) - UFBA	Tese	2012
Ativismo de mulheres negras em Cuiabá: práticas de comunicação e vinculação social	Neusa Baptista Pinto	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea - UFMT	Dissertação	2018
Na militância para o reconhecimento: um estudo de mulheres negras ativistas na cidade de São Paulo	Eliete Edwiges Barbosa	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social - PUC/SP	Dissertação	2015
Trajectoria de mulheres negras líderes de movimentos sociais em Araraquara-SP: estratégias sociais na construção de modo de vida	Maria Aparecida Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira -UFC	Tese	2011

Mulheres negras em movimento(s): trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte-MG	Michele Lopes da Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMG	Dissertação	2007
Mulheres negras em Movimento: trajetórias militantes, negritude e comida no Sul do Rio Grande do Sul	Carolina Vergara Rodrigues	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFPel	Dissertação	2012
Mulheres em movimento: trajetórias de estudantes negras na UFRGS e o tornar-se mulher negra	Patrícia Helena Xavier dos Santos	Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRGS	Dissertação	2018
Entre a política e o movimento: As concepções e as práticas políticas de mulheres negras no Morro da polícia/Porto Alegre	Thais da Rosa Alves	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UNISINOS	Dissertação	2018
"Trilhando seu próprio caminho" - Trajetórias e protagonismo de intelectuais/ativistas negras: a experiência das organizações Geledés/SP e Criola/RJ'	Lady Christina de Almeida	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUC/RJ	Dissertação	2010
Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social	Ana Claudia Jaquetto Pereira	Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ	Tese	2016
Feminismo negro como perspectiva descolonial: Movimento de Mulheres Negras e a construção de uma perspectiva feminista negra no Brasil dos anos 1980	Vivian Souza Alves da Silva	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UERJ	Dissertação	2015
Mulheres negras, negras mulheres: ativismo na capital baiana: 1980-1991	Ana Cristina Conceição Santos	Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira - UFC	Tese	2015
Movimento de mulheres negras: Análise das relações raciais pela perspectiva dos cabelos crespos.	Pollyanna Fabrini Silva	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFU	Dissertação	2016
Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa: marcações identitárias de gênero e raça na produção de estratégias contra o racismo e o machismo	Ana Nery Correia Lima	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	Dissertação	2014
Das ruas ao ciberespaço: ativismos e ciberativismos de mulheres negras	Mona Lisa da Silva	Programa associado de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFC/UNILAB	Dissertação	2019
Gênero, raça e classe: Discursos de Mulheres Negras Acadêmicas e Mulheres Negras Comunitárias	Daiane Severo da Silva	Programa de Pós-Graduação em Ciências - UNISINOS	Dissertação	2016
O que a voz e os silêncios dizem: Experiências e processos de subjetivação de mulheres negras no Paraná	Andressa Ignácio da Silva	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFPR	Dissertação	2016
E do silêncio fez-se a fala: Oralidade e trajetória de vida de mulheres negras da Cidade de Sorocaba	Marco Antonio Pereira	Programa de Pós-Graduação em Educação - UFSCAR	Dissertação	2014
Porque fomos sequestradas dos pés até o último fio de cabelo: Práticas Pedagógicas no movimento de mulheres negras e a ressignificação do corpo negro	Ana Cecilia Rodrigues dos Santos Godoi	Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades - UFRPE	Dissertação	2016
Feminismo e Emancipação feminina: Um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na	Karla Maria da Silva Barbosa	Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPA	Dissertação	2016

Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba				
ALIANÇAS, ENCONTROS E MARGENS: Feminismos negros e interseccionalidade na Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região	Julia de Souza Abdalla	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp	Tese	2020

Esta tabela apresenta algumas produções que tratam de trajetórias de vida de mulheres negras que são ativistas em torno da causa antirracista, feminista e social. Podemos observar que a maioria das produções acadêmicas dentro desta temática foi realizada por mulheres negras, o que representa um interesse em se fazer sujeito e não objeto de pesquisa. Este aspecto nos indica um interesse das mulheres em escrever e dar visibilidade a suas experiências dentro da academia. Atuando dentro ou fora de organizações políticas, estas mulheres produzem pedagogias e saberes emancipatórios, mobilizando seus lócus de atuação em torno da busca de humanização, dignidade e ascensão socioeconômica da população negra. Estas pesquisas foram guiadas a partir das experiências de luta por justiça social protagonizadas por mulheres negras em diferentes espaços, e estas mulheres são consideradas protagonistas também do ponto de vista epistemológico. Os trabalhos buscam dar uma maior visibilidade com relação ao papel político e ativista das mulheres negras enquanto agentes de transformação social, e as formas como estas mulheres ressignificaram o lugar de exclusão ao qual foram historicamente submetidas, transformando este em espaço de luta, de produção de práticas e pedagogias emancipatórias e de reflexões teóricas que levam a uma produção de conhecimento que tensiona o conhecimento tido como hegemônico. A seguir abordaremos de forma sucinta o que dizem algumas destas produções e que resultados foram empreendidos nestes estudos.

O QUE DIZEM OS TRABALHOS SOBRE O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

A tese “Trajetória de mulheres negras líderes de movimentos sociais em Araraquara-SP: estratégias sociais na construção de modo de vida” de Silva (2011) teve como objetivo geral verificar e analisar a trajetória de vida e memória feminina de Araraquara –SP, através de mulheres negras participantes de movimentos negros, organizadoras de eventos culturais e frequentadoras de espaços afrodescendentes. A pesquisa, de caráter qualitativo, se referenciou metodologicamente a partir da História Oral, onde foram entrevistadas negras ativistas. Foram mobilizados, ao longo do texto, os conceitos de Identidade: Munanga (1996), Hall (1997), Taylor (2000), Cunha Junior (2005), Albano (1999); Memória: Halbwachs (1990); Gênero: Scott (1990), Safiotti (1995), Butler (2003) Feminismo: Carneiro, (2003b), Carneiro & Santos (1985), Hooks (1995).

Para Silva (2011), as mulheres negras entrevistadas têm sua liderança respaldada a partir das articulações e movimentações que suas famílias tiveram em um passado recente, tendo uma continuidade ao longo do tempo. A inserção das mulheres entrevistadas no movimento negro foi motivada pelo pensamento na coletividade. Sendo assim, a permanência dessas mulheres na luta é oriunda de seu ambiente familiar e das vivências em espaços afrodescendentes. Como dificuldades, a autora aponta o ambiente escolar, ao passo que indica que a ressignificação destas dificuldades ocorria a partir das vivências em outros espaços coletivos. Para Silva (2011), as mulheres negras entrevistadas desempenham importantes papéis nos âmbitos cultural, político e educacional, servindo como referências de comportamento e dando visibilidade à população negra, problematizando as desigualdades oriundas do racismo e buscando caminhos coletivos para melhoria da situação da população negra. O protagonismo das mulheres negras foi um importante fator de mudança na mentalidade da população de Araraquara, contribuindo para a existência de movimentos negros organizados no município.

A tese “Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras” de Pons (2012), teve como objetivo geral compreender, através da investigação de trajetórias de mulheres negras ativistas, como as desigualdades de raça, gênero, classe e sexualidade são transformadas em instrumentos para a construção de uma organização própria, espaço de protagonismo e exercício de experiências exitosas no desafio aos poderes constituídos. O argumento central elencado pela autora é o de que as ativistas negras brasileiras criaram um pensamento feminista específico, a partir de saberes, práticas e experiências de resistência vivenciadas por elas. Para a autora, este pensamento feminista se organiza a partir de referenciais negro-africanos sendo classificado como decolonial, e visa transformar a sociedade através do enfrentamento a diversas formas de opressão (Pons, 2012, p. 7).

Do ponto de vista metodológico, Pons (2012) utilizou a perspectiva interseccional, que contempla o entrecruzamento de opressões estruturantes vivenciadas pelas mulheres negras e que são determinantes na produção das desigualdades de raça, classe e gênero. Para coleta de dados, a autora procedeu com o referencial teórico da História Oral com foco nas histórias de vida. A autora mobilizou ao longo do texto, várias categorias de análise como, por exemplo: Ativismo: Collins (1990); Interseccionalidade: Crenshaw (2002), Collins (1990), Zerai (2000); Pensamento Feminista Negro: Collins (1986); Racialidade: Carneiro (2005), Raça: Munanga (2009), Gomes (2006 e 2010), Hall (2003); Mulheres Negras: Werneck (2010).

Como resultados de pesquisa, Pons (2012) aponta que grande parte das ativistas teve nas mulheres de suas famílias uma grande fonte de inspiração para liderança e militância pelo interesse coletivo, considerando que as ações empreendidas em seu seio familiar com vistas a superar as adversidades constituem uma tradição de resistência. Além disso, as entrevistadas enfatizaram a importância de sua participação em movimentos sociais na sua formação enquanto sujeito e também na compreensão do racismo e do sexismo como diretamente relacionados às desigualdades presentes na sociedade brasileira. Por fim, os movimentos de mulheres negras e suas formas específicas de organização são reconhecidos como força política no cenário brasileiro e mundial.

A tese “Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social” de Pereira (2016) teve como objetivo geral identificar elementos centrais das reflexões desenvolvidas por integrantes do movimento de mulheres negras no Brasil (Pereira, 2014, p.14). Utilizando como referencial metodológico a análise do discurso, Pereira (2014) utilizou panfletos, textos acadêmicos e entrevistas divulgados na mídia impressa por ativistas negras como fontes para análise. Pereira (2016) entende que o movimento de mulheres negras subsidia perspectivas analíticas e concepções de justiça social, construindo um pensamento social e político que se organiza a partir das sobreposições de gênero e raça. Em seu trabalho, para se referir às ativistas negras, são mobilizadas categorias de análise como Amefricanas: González (1984b;1988c) e Ialodês: Werneck (2007; 2014b), e, para abordar o movimento de mulheres negras e seus fundamentos utilizou categorias como Feminismo Negro brasileiro: Cardoso (2012); Interseccionalidade: Crenshaw (2002) e Feminismo Negro: Collins (2000a) e Identidade Coletiva: Melucci (1996).

Para Pereira (2016), as ativistas negras consideram as hierarquias atravessadas por gênero, raça e classe como injustas, uma vez que impõem barreiras ao acesso a direitos básicos dos grupos racializados. Além disso, as fontes analisadas indicaram a existência de padrões de representação social, identidade e memória coletiva, estando estes elementos relacionados à busca por justiça social presente no movimento de mulheres negras no Brasil. Pereira (2016) afirma ainda que os discursos trazem à baila histórias e personagens como inspiração e destaca as representações de imagens associadas às religiões de matriz africana, lideranças políticas e a empregada doméstica como predominantes. Tais representações, articuladas com o passado, mobilizam uma memória coletiva pautada em referências ancestrais e afrodiáspóricas a fim de viabilizar a reapropriação de uma negritude e afrodescendência de forma positiva e também orientar as ações dos coletivos de mulheres negras em direção à promoção da justiça social. Por

fim, Pereira (2016), o movimento de mulheres negras possui um protagonismo que resiste como oposição às desigualdades instituídas, mas também como caminho para projetos que visem a justiça social.

A tese “Mulheres Negras, Negras Mulheres: ativismo na capital baiana: 1980-1991, de Santos (2015) teve como objetivo principal estudar o movimento das mulheres negras em Salvador no período compreendido entre as décadas de 1980 e início dos anos 1990. A partir de entrevistas com ativistas negras e análise de documentos produzidos para eventos organizados por mulheres negras, a pesquisadora buscou interpretar os significados que estas atribuíram às opressões de gênero, raça, classe e sexualidade a partir de uma perspectiva interseccional e como estes fatores contribuem para a constituição de identidades étnicas e inserção no ativismo. Santos (2015) contemplou em sua pesquisa o papel político assumido pelas mulheres dentro do movimento de mulheres negras local e a articulação destas com o movimento nacional, analisando as estratégias de resistências traçadas para enfrentar as opressões estruturais a que são submetidas.

As categorias de análise mobilizadas ao longo do trabalho de Santos (2015) foram Identidade Coletiva: Melucci (1989); Identidade Política: Prado (2002); Movimentos sociais: Goss & Prudêncio (2004) e Gohn (1997); Movimentos Negros: Pinto (1993), Domingues (2007); Interseccionalidade: Crenshaw (1989; 2002), Collins (2000), Lorde (1983) e Moore (2012); Identidade étnica: Gomes (1996) e Munanga (2004); Identidade Racial: Gomes (1996; 2006), Souza (1983), Neblett Jr e Roberts (2013); Raça: HALL (2003); Gênero: LOURO 2003) e Scott (1990); Gênero e raça: CARNEIRO (2003), Hooks (1984), Viveros (2008), Curiel (2009) e Andersen (2010).

Como resultados, Santos (2015) explicita que as mulheres negras entrevistadas apresentam, através de suas histórias de vida, a interseccionalidade de sujeições, apresentando semelhanças quanto às condições e opressões experienciadas. Além disso, foi constatada a preocupação dessas mulheres com o empoderamento, tendo a sua militância como foco, além das denúncias, a proposição de alternativas e possibilidades para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Santos (2015) evidencia ainda que os modos de organização das mulheres negras se articulam com as suas vivências e visões de mundo para reafirmar uma identidade negra positiva, e que a trajetória das mulheres negras é caracterizada pelo ativismo desde o sequestro de africanas que se tornaram escravizadas até a contemporaneidade, sendo essas mulheres atuantes em prol da extinção das desigualdades. Santos (2015) aponta ainda que, mesmo tendo demandas comuns, as ativistas são mulheres plurais. Por fim, Silva (2015) ressalta que, apesar dos esforços em publicizar as histórias de vida das ativistas negras, ainda existem lacunas com relação aos estudos que abordem a história das mulheres negras, uma vez que estes estudos demonstram que os ativismos possuem referenciais consolidados.

A tese “Alianças, Encontros e Margens: Feminismos negros e interseccionalidade na Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região” de Abdalla (2020, p. 9), teve como objetivo compreender, a partir de uma análise da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região (FMNCR), os debates e ações coletivas em torno da produção de desigualdades simultâneas (sexo, gênero, raça e classe), em especial os usos, debates e ações organizados a partir da categoria “interseccionalidade”. Para tanto, Abdalla (2020) analisou como foi construído um alinhamento em prol de agendas e estratégias de militância, bem como as relações entre os diferentes atores mobilizados pela FMNCR e as negociações das diferenças existentes dentro do grupo. O estudo foi constituído a partir da observação participante, da realização de entrevistas com mulheres ativistas e da análise documental. Para a escrita sobre movimentos de mulheres negras no Brasil, a autora trabalha com as produções de intelectuais como Lemos (1997; 2016a; 2016b), Ribeiro (2006; 2008), Carneiro (1993b; 1995; 2003), González (1984), Rios (2018). As principais categorias de análise utilizadas por Abdalla (2020) em sua pesquisa são Interseccionalidade: Crenshaw (1989; 2000), Campos discursivos de ação: (Alvarez, 2014) e Contrapúblicos subalternos: Fraser (1990). Para a autora, existe uma variedade de atores,

individuais ou coletivos, que são organizados em torno de disputas de visões de mundo dentro de um espaço discursivo (dentro do feminismo, dentro do antirracismo, por exemplo). No caso dos grupos subalternos como os movimentos de mulheres negras, estes constroem discursos para fazer oposição aos discursos hegemônicos, propondo alternativas de resistência em prol da extinção das chamadas desigualdades simultâneas (ou interseccionais) que as atingem.

Abdalla (2020) considera que há uma historicidade e mudança nas noções de identidade coletiva dentro dos movimentos de mulheres negras o que faz com que estes apresentem uma variação nos termos utilizados em suas autodefinições e também no que se refere às proposições destes grupos. Estas diferenças podem ser compreendidas a partir das relações que os grupos de mulheres negras estabelecem com os movimentos sociais (feminista, negro, etc.), com partidos políticos, organizações internacionais e até mesmo o Estado. Apesar destas diferentes percepções, as concepções de opressão e poder, bem como as estratégias montadas para garantir os seus objetivos proliferaram-se e se constituem em espaços de comunicação e trocas. Apesar da desmobilização da organização estudada pela pesquisadora durante o trabalho, a mesma sinaliza que suas ativistas demonstraram interesse em dar continuidade a atividades a partir da solução dos fatores que contribuíram para sua o afastamento.

Por fim, Abdalla (2020) pontua a necessidade de constantes exercícios de alinhamento e parceria entre as mulheres, a partir do reconhecimento da diversidade, sobretudo na atual conjuntura, onde os canais de diálogo com os poderes instituídos têm se fechado diante das posições políticas radicais, que vão de encontro às conquistas até então alcançadas.

A dissertação "Trilhando seu próprio caminho" - Trajetórias e protagonismo de intelectuais/ativistas negras: a experiência das organizações Geledés/SP e Criola/RJ", de Almeida (2010) empreendeu um estudo sobre trajetórias de algumas intelectuais e ativistas brasileiras tendo como fio condutor as organizações Geledés (SP) e Criola (RJ), buscando compreender as trajetórias que estas ativistas percorreram do ponto de vista da atuação política e da produção intelectual e sua relação com as instituições supracitadas. O trabalho de pesquisa privilegiou as narrativas das mulheres entrevistadas, a partir das quais se traçaram as trajetórias, os ideais e as atividades destas nas organizações de mulheres negras. Algumas categorias mobilizadas no trabalho foram: Movimento Social: Gonh (2007); Identidade: Silva (2004); Identificação: Maffesoli (2005); Identidade Coletiva: Melucci (2001), Gonh (2007); Gênero: Scott (1995); Feminismo Negro: Sebastião (2010), González (1984), Carneiro (2003); Interseccionalidade: Crenshaw (1991), Piscitelli (2008), Stolke (2006); "Escrivência: Evaristo (2005); Conhecimento Subjugado: Foucault (1980), Sujeitos Subalternos: Guha (1982); narrativas subalternas: Miranda (2006) e Multidão: Hardt e Negri (2005).

Como resultados de sua pesquisa, Almeida (2010) aponta que as mulheres negras têm na arena política um espaço de representação onde podem demarcar as especificidades da condição de ser negra, realizando um trabalho de enegrecimento do feminismo. Além disso, o seu protagonismo pode ser expresso através das organizações por meio de atividades intelectuais e políticas que ocorrem não a partir de um passado recente, uma vez que as mulheres negras sempre buscaram uma autonomia. As organizações têm, dentre outros objetivos, dar visibilidade às demandas e produções das mulheres negras. A autora aponta um aumento significativo das produções teóricas das intelectuais/ativistas pesquisadas, sendo a escrita parte constituinte da agenda de trabalho dessas mulheres. Estas intelectuais/ativistas, que passam por um processo de profissionalização, constroem novos discursos sobre suas experiências, além de apresentar uma nova visão de sociedade, o que possibilita, de forma ampla, uma intervenção política e social.

No que se refere às atividades das mulheres negras entrevistadas, observa-se uma secundarização da vida pessoal frente ao ativismo, dado o acúmulo de trabalho. As intelectuais/ativistas se configuram como negras intelectuais, uma vez que, a partir da interação orgânica com as entidades negras antirracistas, buscam intervir diretamente na produção científica, principalmente no que se refere aos estudos voltados para relações raciais,

sendo responsáveis por questionar, revisar e desconstruir os estereótipos negativos associados aos povos racializados, e que foram constituídos a partir de referenciais eurocentrados.

A dissertação “Feminismo negro como perspectiva descolonial: Movimento de Mulheres Negras e a construção de uma perspectiva feminista negra no Brasil dos anos 1980” de Silva (2015) teve como objetivo identificar as principais questões abordadas pelo Movimento de Mulheres Negras brasileiro (MMN) em seu período de criação e estabelecer uma interlocução entre estas questões e as propostas teórico-interpretativas presentes no debate descolonial latino-americano (Silva, 2015, p. 8). O movimento de mulheres supracitado, é compreendido pela autora como uma das formas de resistência das mulheres negras em face a uma estrutura social pautada pela colonialidade, pelo capitalismo, pelo racismo e pelo patriarcado. Através de uma análise de textos escritos por intelectuais ativistas que integram o MMN, a autora buscou observar as perspectivas teóricas, políticas e epistemológicas que se apresentam como alinhadas ao pensamento descolonial. Foram analisados, na pesquisa documental, textos de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Matilde Ribeiro, Luiza Bairros, Dulce Pereira, Pedrina de Deus, Alzira Rufino e Edileusa Penha de Souza (Silva (2015, p. 22) a partir de um referencial que abrange a produção intelectual de mulheres negras como Collins (1990) e hooks (1995). A dissertação foi conduzida através de leituras críticas marcadas pela perspectiva descolonial latino-americana para analisar os movimentos sociais negro e feminista e a relação destes com as mulheres negras. Alguns conceitos mobilizados nesta pesquisa foram: Intelectuais de fronteira: Dussel (2005); Subjetividade de fronteira: Mignolo (2007), Feminismo: Gargallo (2014), Paredes (2010); Feminismo descolonial: (Lugones, 2008); Interseccionalidade (Crenshaw, 2002); Raça: Munanga (2004); Movimento Negro (Domingues, 2007) e Intelectuais ativistas: (Ratts, 2007; 2010).

Para Silva (2015), a perspectiva feminista negra questiona e busca subverter a lógica colonial que visa a destruição de sujeitos marcados pela intersecção de opressões, e essa busca também permeia a produção intelectual das mulheres pertencentes ao MMN. Silva (2015) conclui que existem semelhanças entre as narrativas expressas pelas intelectuais ativistas do MMN e as de grupos racializados e subalternizados pela lógica colonial, além de situar o projeto político do MMN como prática de resistência descolonial para além do arcabouço acadêmico produzido pelo grupo modernidade/colonialidade. A autora aponta, portanto, que a prática do MMN é por si só, descolonial. Quanto ao referencial teórico do grupo modernidade/colonialidade, este se mostra importante para que algumas questões sobre os movimentos de mulheres negras possam ter uma maior compreensão e a luta feminista negra seja fortalecida.

A dissertação “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa: marcações identitárias de gênero e raça na produção de estratégias contra o racismo e o machismo” de Lima (2014), buscou compreender as estratégias de combate à discriminação racial e de gênero elaboradas por militantes do grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, em São Luís - MA. A pesquisa se desenvolveu através do recurso a entrevistas e a observação participante, e está ancorada nos pressupostos teóricos dos estudos pós-coloniais, dos estudos pós-estruturalistas, da interseccionalidade, dos estudos feministas pós-estruturalistas e do feminismo negro. As mulheres negras militantes são entendidas como sujeitas que, marcadas pelas opressões de gênero e raça, constroem sua militância em torno da construção de estratégias para busca de direitos e do enfrentamento ao racismo, ao machismo e outras formas de opressão. Os principais conceitos mobilizados ao longo da pesquisa foram: Sujeitos Subalternos: Guha (1982); Conhecimento Subjugado: Foucault (1980); Raça: Hofbauer (2006), Guimarães (2005), Schwarcz (2012), Faustino (2010), Hall (2009), Munanga (2008); Gênero: Scott (1989), Butler (2012), Louro (2010), Brah, (2006); Identidades: Hall (2006), Carneiro (2003), Brah, (2006), Souza (1983), butler (2012); Identidade: Gomes (2002); Interseccionalidade: Crenshaw (2002), Anzaldúa (1987) e Piscitelli (2008); Feminismo negro: Carneiro (2003), Sebastião (2010).

Como resultado de sua pesquisa Lima (2014) indica que nos espaços de militância a identidade da mulher negra é reforçada, e as marcações de gênero e raça das militantes entrevistadas aparecem de forma significativa na produção de estratégias de enfrentamento ao machismo e o racismo, a exemplo dos projetos e atividades voltadas para estas temáticas e da participação das militantes em espaços de disputa política.

A dissertação “Ativismo de mulheres negras em Cuiabá: práticas de comunicação e vinculação social”, de Pinto (2018, p. 8) teve como objetivo investigar a dimensão comunicacional das práticas de mobilização e organização de mulheres negras ativistas da cidade de Cuiabá (MT) a partir do modelo teórico da comunicação como cultura. Para tanto, se buscou identificar os significados que as mulheres negras cuiabanas atribuíam às pautas centrais do ativismo de mulheres negras em Cuiabá entre os anos de 2016 e 2017, evidenciando aspectos da ligação entre ativismo, práticas cotidianas e subjetividade e observando as dinâmicas de comunicação ocorridas nas práticas sociais pautadas em uma afirmação da negritude. A pesquisa foi organizada a partir dos pressupostos da pesquisa participante, onde a autora participou de vivências junto a três movimentos de mulheres negras cuiabanas. A raça e o gênero foram compreendidos pela pesquisadora como elementos característicos do colonialismo (Lugones, 2014). Dentre os conceitos mobilizados na pesquisa estão: Identidade: Glissant (2013); Movimentos sociais: Gohn (2007) e Ativismo: Batista (2012).

Por fim, Pinto (2018) argumenta que as ativistas observadas neste estudo são compreendidas como produtoras de conteúdos simbólicos que comunicam a partir de sua estética e também de duas ações de mobilização em torno de valores civilizatórios afro-brasileiros, produzindo o que Collins (2016) denomina pensamento feminista negro. As mulheres negras comunicam sobre suas vivências e desenvolvem mecanismos de enfrentamento da invisibilização das questões raciais nas políticas públicas (de saúde, de segurança, culturais, educacionais, etc.), da imposição de valores eurocentrados, da violência racial e xenofóbica, dentre outras vertentes discriminatórias presentes na realidade cuiabana. A autora sinaliza a necessidade de referenciar as contribuições das ativistas negras para contribuir com a valorização da cultura negra cuiabana.

Apesar de não estar situada no espaço temporal delimitado em nossa pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Capes, mencionamos a dissertação “Mulheres negras em movimento(s): trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte-MG” de Silva (2007) como um trabalho que se aproxima da nossa temática de pesquisa, uma vez que o trabalho também aborda saberes e pedagogias produzidas por mulheres negras. A dissertação teve como objetivo compreender as trajetórias de vida e política de mulheres negras que militam em organizações políticas voltadas para a superação das desigualdades racial e de gênero e os sentidos e significados de “ser mulher negra”. A pesquisa, de cunho qualitativo, buscou lidar com os sentidos e significados que as mulheres negras atribuíam a si mesmas, suas atividades e seus espaços de vivências a partir de uma análise das histórias de vida destas mulheres. Alguns dos conceitos mobilizados pela autora na elaboração do trabalho foram: Gênero: Scott (1990), Louro (1997; 2000), Azeredo (1994), Aguiar (2005), Matos (2005); Raça: Guimarães (1999), Gomes (2005), D’Adesky (2001); Identidade: Hall (2001); Identidades políticas: Mouffe (1992; 1995); Movimentos sociais de caráter identitário: Gohn (2003); Prado (2002); Interseccionalidade: Crenshaw (2002).

Como resultados, Silva (2007) aponta que a participação das mulheres negras entrevistadas nos movimentos sociais possibilitou um processo de reeducação, além da mudança de olhar, postura e fala, através de um processo positivo. De acordo com a autora, a partir desses processos formativos, as mulheres negras superavam as dificuldades e se reconstituíam de forma autônoma, crítica e reflexiva (Silva, 2007, p. 227). Nessa interação com os movimentos sociais, são produzidos novos saberes e novas pedagogias que, por sua vez, são voltadas para raça e gênero. Quanto aos sentidos e significados atribuídos por estas mulheres a si próprias, estes foram constituídos no contexto de suas trajetórias individuais e militantes,

onde as relações vivenciadas são feitas de conflitos, mas também de trocas. Essas relações, por sua vez, impulsionam uma tomada de consciência que, no coletivo, adquirem consistência e subsistem (Silva, 2007, p. 228)

PARA CONTINUAR A CONVERSA

Observamos, a partir do demonstrativo de trabalhos apresentados, que os estudos acadêmicos que envolvem os movimentos de mulheres negras têm sido profícuos no sentido de visibilizar as experiências das mulheres negras e seu ativismo em torno da extinção das desigualdades raciais, de gênero e socioeconômicas em diversas partes do país. Nestas análises, as mulheres negras são colocadas em situação de protagonismo no que se refere ao combate às opressões, e as entidades das quais participam tem um papel educativo simbólico na constituição identitária, na reconstituição da autoestima e na formação política de suas participantes. Esse protagonismo é reconhecido ao longo da história, desde as sociedades africanas matrilineares, perpassando a realidade brasileira através da estrutura colonial escravista e chegando à contemporaneidade, onde a mulher negra mobiliza suas comunidades, em geral periféricas, em torno da reivindicação por justiça social.

A maioria dos trabalhos menciona a interseccionalidade como ferramenta analítica para interpretar a realidade das organizações de mulheres negras, considerando a sobreposição de opressões contra as quais as mulheres negras lidam cotidianamente. O uso de tal categoria, de forma direta ou indireta, indica o reconhecimento de que, cada um dos movimentos sociais, privilegiou uma abordagem analítica em detrimento de outras (raça, gênero, classe) e sinaliza a necessidade de ampliação. Para Collins & Bilge (2021, p. 15-16):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências cotidianas. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Sobre as concepções de gênero e raça, os trabalhos abordam tais conceitos como categorias socialmente construídas e que compõem os elementos fundantes do colonialismo. Os trabalhos analisados também reafirmam as lacunas existentes dentro dos movimentos negro e feminista com relação às especificidades das mulheres negras. São constantes as críticas e denúncias ao fato de o movimento negro não dar conta das questões de gênero e do movimento feminista não considerar a divisão racial do trabalho como fator determinante para o estabelecimento de papéis sociais. Para tanto, as análises constantemente referenciam intelectuais como Lélia González e Sueli Carneiro, expoentes das análises que articulam raça e gênero.

Do ponto de vista da Educação, observamos nos trabalhos analisados, que há destaque para a importância dos movimentos sociais, em especial os de mulheres negras, para o repensar de políticas públicas em diversos âmbitos, para o enfrentamento ao racismo e a violência e para a constituição de formas de resistência com relação aos poderes instituídos. Os trabalhos apontam para o que Gomes (2017) pontua como característica educativa dos movimentos sociais, que é a sinalização em torno da reconstituição identitária, do questionamento, da resignificação e da politização de conceitos e da realidade social. O movimento de mulheres negras, nesse sentido, produz saberes e pedagogias emancipatórias que se encaminham para uma defesa da efetivação de um Estado democrático de Direito. Para Gomes (2017, p. 54), os movimentos sociais e seus saberes compõem as chamadas Epistemologias do Sul:

As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão das muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados. Essa supressão é resultado de um processo histórico de dominação epistemológica imposto pelo colonialismo. As epistemologias do Sul valorizam os saberes que resistiram com êxito a essa dominação e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos e práticas. A esse diálogo entre saberes Boaventura chama de ecologia de saberes.

Identificamos ainda, nos trabalhos, a sinalização de saberes produzidos pelas mulheres negras organizadas conforme categorias elencadas por Gomes (2017) como saberes identitários (reflexões sobre o ser mulher negra), saberes políticos (articulação em torno de políticas públicas que efetivamente busquem a extinção de desigualdades) e saberes estéticos corpóreos (valorização da estética e superação dos estereótipos sobre a negritude).

Os trabalhos confirmam a ideia de que as concepções de conhecimento ou ciência hegemônicas estão diretamente ligadas a uma estrutura de dominação que tem no racismo um eixo fundamental. Nesse sentido, sujeitos racializados, a exemplo das mulheres negras, são classificados como inferiores e suas falas são sistematicamente invalidadas tanto no mundo prático quanto no mundo acadêmico.

Além disso, contribuem para nossa pesquisa no sentido de compreender a potencialidade e o papel educativo dos espaços de militância das mulheres negras, suas formas de organização, suas especificidades e seu diálogo com outros ativismos, como o movimento negro e o movimento feminista. As organizações de mulheres negras têm direcionado seus espaços formativos para a construção de referências próprias e, portanto, decoloniais, denunciando uma geopolítica do conhecimento pautada no racismo e no sexismo, e que tem como efeito o epistemicídio com relação aos saberes produzidos pelos povos racializados. Elas assumem, através da articulação nestes movimentos, a responsabilidade de criação de novas configurações de poder e conhecimento, sinalizando que o lugar determinado a elas pela colonização e pelo racismo pode ser redefinido. Os movimentos de mulheres negras apontam contradições e abrem caminhos para a compreensão da complexidade de opressões que historicamente constituem a sociedade brasileira, oferecendo possibilidades de transformação social e de efetivação de uma sociedade mais equânime. Através de suas escrituras, as mulheres negras estabelecem elos de ligação entre suas experiências individuais e coletivas, e desafiam narrativas hegemônicas (colonizadas e eurocentradas), mostrando que estas não são mais suficientes para explicar a realidade brasileira. Elas são agentes de movimentos contrahegemônicos, que atuam tensionando as estruturas de poder, questionando o mito da democracia racial, e impulsionando lutas contra as desigualdades. Elas impulsionam atos de reparação, a exemplo das políticas públicas e das ações afirmativas. Nesse sentido, os trabalhos analisados contribuem para a ampliação de referenciais teóricos no que se refere tanto aos estudos de gênero quanto aos estudos raciais, produzindo novas epistemologias e categorias de análise para a compreensão da realidade vivenciada pelas mulheres negras.

AGRADECIMENTOS: Não aplicável.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Santos, A. T.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Lucini, M.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante. As autoras leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: As autoras declaram que não há conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

Abdalla, J. S. (2020). Alianças, encontros e margens: feminismos negros e interseccionalidade na frente de mulheres negras de campinas e região. Tese (Doutorado em Sociologia). Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

- Almeida, L. C. (2010). "Trilhando seu próprio caminho": Trajetórias e protagonismo de intelectuais/ativistas negras, a experiência das organizações Geledés/SP e Criola/RJ. Dissertação (Mestrado em Sociologia). PUC, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Arroyo, M. G. (2012). *Outros Sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Cardoso, C. P. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo). UFBA, Salvador, BA, Brasil.
- Carneiro, S. (2020). *Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.
- Gomes, N. L. (2011b). Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, 1(2), 37-60.
- Gomes, N. L. (2008). Diversidade étnico-racial: Por um projeto educativo emancipatório. *Revista Retratos da Escola*, 2(3), 95-108. <https://doi.org/10.22420/rde.v2i2/3.127>
- Gomes, N. L. (2011a). O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política e Sociedade*, 10(18), 133-154. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p133>
- Gomes, N. L. (2017). *O Movimento Negro Educador: saberes constituídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes.
- González, L. (2000). *Por um Feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lima, A. N. C. (2014). *Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa: marcações identitárias de gênero e raça na produção de estratégias contra o racismo e o machismo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFMA, São Luís, MA, Brasil.
- Maldonado-Torres, N. (2008). A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 71-114. <https://doi.org/10.4000/rccs.695>
- Mignolo, W. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Lander, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 33-49.
- Miranda, C. (2018). Oyèronké oyèwùmí e a crítica aos discursos ocidentais de gênero: releituras na diáspora africana. In: Silva, J. (Org.) *O pensamento de/por mulheres negras*. Belo Horizonte: Nandyala, p. 17-34.
- Perreira, A. C. J. (2016). *Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social*. Tese (Doutorado em Ciência Política). UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Pinto, N. B. (2018). *Ativismo de mulheres negras em Cuiabá: práticas de comunicação e vinculação social*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea). UFMT, Cuiabá, MT, Brasil.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142.
- Santos, A. C. C. (2015). *Mulheres Negras, Negras Mulheres: ativismo na capital baiana: 1980-1991*. Tese (Doutorado em Educação). UFC, Fortaleza, CE, Brasil.
- Santos, B. S. (2004). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez.
- Silva, M. A. (2011). *Trajetória de mulheres negras líderes de movimentos sociais em Araraquara-SP: Estratégias sociais na construção de modo de vida*. Tese (Doutorado em Educação). UFC, Fortaleza, CE, Brasil.
- Silva, M. L. (2017). *Mulheres negras em movimento(s): trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte-MG*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Silva, V. S. A. (2015). *Feminismo negro como perspectiva descolonial: Movimento de Mulheres Negras e a construção de uma perspectiva feminista negra no Brasil dos anos 1980*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Walsh, C. (2012). Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. *Visão Global*, 15(2), 61-74.

Recebido: 29 de abril de 2021 | **Aceito:** 10 de maio de 2021 | **Publicado:** 12 de maio de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.